



**II Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para
Promoção da Saúde e Direito Humano à Alimentação Adequada
- Recomendações -**

Em comemoração à Semana Mundial da Alimentação, a Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde realizou no dia 14 de Outubro de 2008 o ***II Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para Promoção da Saúde e Direito Humano à Alimentação Adequada***.

A primeira edição do evento foi realizada em 2006, cujo objetivo referiu-se à discussão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como estratégia de promoção da alimentação saudável. Na ocasião, as recomendações foram sintetizadas num documento (Anexo 1) cujos eixos organizavam-se em torno do fortalecimento da Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2006), o aprofundamento das discussões da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Brasil, 1999), a pauta da nutrição nas políticas públicas intersetoriais, o fortalecimento das ações transversais e intersetoriais e a identificação de lócus sociais em EAN.

Outra questão levantada correspondeu à discussão da formação inicial de nutricionistas e pedagogos, para a qual se pretende a promoção de projetos político-pedagógicos acerca do tema. Outras proposições foram o fomento a pesquisas, a promoção de políticas de proteção ao ser humano e o cuidado na abordagem alimentar dos sujeitos, considerando a dialogicidade e o reconhecimento da cultura alimentar. Foram consideradas ainda ações relativas à disponibilidade de alimentos saudáveis, mediante proposição de acordo social com o setor produtivo e regulamentação da publicidade de alimentos para o público infantil.

O *II Fórum* teve como objetivos discutir as atuais práticas, métodos e técnicas de educação alimentar e nutricional como estratégia de promoção da alimentação saudável, saúde e constituição da cidadania dos sujeitos, no sentido de contribuir para o empoderamento no cuidado com a própria saúde.

Nesta nova edição, estiveram presentes professores, alunos, representantes de sociedade científica e civil, entidades de classe e de órgãos públicos como Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Educação que contribuíram para a discussão das apresentações realizadas. Foram discutidas as atuais práticas de educação alimentar e nutricional (EAN) e a necessidade do seu avanço, frente aos desafios colocados de integração entre os professores e profissionais de Saúde com a criação do Programa Saúde na Escola, criado em 05 de dezembro de 2007, por meio do Decreto n.º 6.286 (MS/MEC), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

A seguir, é apresentada a programação cumprida durante o evento:

08h30 – Abertura

Coordenação: Ana Beatriz Vasconcellos (CGPAN/ MS)

09h00 – Mesa de abertura:

Coordenação: Elisabetta Recine (OPSAN/ ABRANDH)

- **Educação Alimentar e Nutricional no contexto das políticas de saúde**

Palestrante: Ana Beatriz Vasconcellos

- **Educação e Diversidade e a interface com a saúde**

Palestrante: Jaqueline Moll (SECAD/ MEC)

10h00 – Painel: Espaços e práticas da educação nutricional

- **Painel 1:** Cristina Gaglianone (Unifesp)
- **Painel 2:** Victoria Maria Brant (UFRJ)
- **Painel 3:** Ana Cervato (USP)

Coordenação: Patrícia Chaves Gentil (CGPAN/ MS)

12h – Debate

12h30 – Almoço

14h00 - Mesa Redonda: Experiências, Projetos e Pesquisas de Educação em Saúde

Coordenação: Mariana Pinheiro (CGPAN/ MS)

- **Fala 1:** Projetos Pedagógicos de Educação Nutricional e Grupo *Aprender é Viver*

Palestrante: Vera Lúcia Xavier Pinto (UFRN)

- **Fala 2:** Cartilha de Alimentação Infantil para profissionais de saúde e educação

Palestrante: Cristiane Machado (SMS Curitiba)

- **Fala 3:** Estágio Curricular em Educação Nutricional: experiência de práticas pedagógicas em nutrição em saúde com crianças, no âmbito escolar, na cidade de Salvador/BA

Palestrante: Silvana Guimarães (FTC)

16h00 – Debate e Recomendações do Fórum

Coordenação: Lígia Amparo dos Santos (UFBA) e Luciana Maldonado (INAD/ RJ)

17h30 – Encerramento

18h00 – *Coffee break*

A partir da programação realizada, apresentamos abaixo um breve relato com a síntese das apresentações.

A professora Cristina Gaglianone iniciou sua fala destacando como o Centro Colaborador em Alimentação Escolar da Região Sudeste tem implementado ações de EAN no ambiente escolar, a partir da qualificação do profissional e educação permanente das equipes de alimentação escolar (merendeiras, nutricionistas e demais membros do Conselho de Alimentação Escolar). Outro eixo desenvolvido pelo CECANE corresponde ao desenvolvimento de materiais e metodologias (como a calculadora nutricional e o Sistema de Monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar) que possam contribuir para a segurança alimentar e nutricional neste contexto.

Em seguida, Victoria Brant enfatizou as atividades de pesquisa e extensão que tem desenvolvido e são afetas à temática. Considerou sua participação na reforma curricular do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a preocupação com novos cenários para a formação inicial, dentre os quais o Sistema Único de Saúde aparece como espaço privilegiado, embora com pouca clareza acerca desta inserção. Outra experiência relatada correspondeu ao estudo com manipuladores e nutricionistas da alimentação escolar, destacando o significado e abrangência das ações educativas como estratégias de educação permanente e a necessidade da consideração de uma perspectiva de autonomia e integralidade dos sujeitos, especialmente estes trabalhadores. Victoria finalizou destacando que a comunicação, gestão compartilhada e troca de experiências e saberes permitem novos olhares para o processo de aprendizagem em EAN.

A terceira fala do painel contou com a presença da professora Ana Maria Cervato. Após explanação sobre o cenário político favorável à promoção da alimentação saudável, as influências sociais, culturais e econômicas na disponibilidade de alimentos e os determinantes do comportamento alimentar, Cervato ressaltou a responsabilidade do nutricionista na articulação das questões relacionadas às práticas alimentares saudáveis. Segundo ela, as ações de EAN precisam não apenas considerar os conteúdos, mas ainda a amplitude e abrangência das questões alimentares, os desafios interpostos aos gestores e a integração de objetivos e metas.

No atual contexto, a palestrante observou que avanços têm sido protagonizados pelas instituições de ensino superior, em referência aos seus campos de atuação: desenvolvimento de tecnologias educativas/pesquisas avaliativas/desenvolvimento de conteúdos (pesquisa); definição de novos cenários de práticas e de novas práticas educativas e interferência na prática profissional (ensino) e cultura e extensão como atividades educativas e de formação universitária (extensão). Colocam-se como desafios a Incorporação dos conteúdos relacionados aos projetos de pesquisa atual, a ampliação da linha de financiamento, a criação de espaços para análise de experiências exitosas ou não e a definição de indicadores de avaliação.

O segundo período do evento teve como objetivo a apresentação de experiências locais de EAN, destacando as práticas intersetoriais, a formação inicial e o uso de materiais educativos. Em referência à primeira temática, Vera Lúcia Pinto apresentou as atividades do Grupo *Aprender é Viver*, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O grupo é organizado por discentes em Nutrição e tem como projetos temáticos a amizade, atividade física, auto-estima e apoio profissional, a partir dos quais o tema “alimentação saudável” é abordado, com ênfase na cultura alimentar local. Neste formato, são realizadas atividades de relaxamento, visitas, jogos pedagógicos, música, produção de materiais e dinâmicas, e a finalização semestral é feita com atividades de culminância, com desfiles e teatro.

Outra experiência apresentada foi a elaboração de materiais educativos e informativos pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. A nutricionista da instituição, Cristiane Machado, destacou as etapas de planejamento e distribuição da cartilha de alimentação infantil, sendo realizada ainda a capacitação e avaliação do material por profissionais de saúde e mães.

A última experiência do *II Fórum* trouxe o relato da professora Silvana Guimarães, da Faculdade de Tecnologia e Ciências, de Salvador. Silvana abordou a realização do estágio curricular de EAN nesta instituição de ensino e como o mesmo tem contribuído para a formação diferenciada dos futuros educadores nutricionais. Apresentou o referencial metodológico adotado, a dinâmica do estágio, os resultados então alcançados e as perspectivas futuras do estágio, no que se refere à sua contribuição para uma nova concepção de EAN.

Após a finalização do ciclo de apresentações, os participantes do *II Fórum* puderam manifestar-se livremente, para discussão das questões em referência à EAN levantadas no transcorrer do evento. No sentido de compartilhar esta discussão, apresentamos a seguir alguns apontamos do debate. O registro e análise das discussões suscitadas também foi feito pelas convidadas Lígia Amparo dos Santos e Luciana Maldonado, os quais transcrevemos na íntegra nos Anexos 2 e 3.

- 1) A alimentação constitui um dos condicionantes à promoção da saúde, refletindo no estado de saúde das populações. O nutricionista é o profissional de saúde responsável por articular todas as questões relacionadas ao comportamento alimentar dos sujeitos. Partindo desse preceito, reconhece-se a essencialidade das ações de EAN para a promoção (e também a formação) de práticas alimentares saudáveis, diante das atuais problemáticas de alimentação e nutrição que se impõem. Assim, o centro da EAN é a ação comunicativa em Nutrição.
- 2) Cabe ao Estado promover, prover e proteger a saúde dos indivíduos e, assim, é importante considerar a dimensão e onde temos de refletir as práticas de EAN. As atuais políticas públicas voltadas a este tema ainda não apresentam o enfrentamento necessário às problemáticas de saúde. Devem ser desenvolvidas numa perspectiva de integralidade, inclusive no sistema educacional que, historicamente, nunca considerou o atendimento pleno aos escolares. A universalização do ensino é discutida no último século, conquanto ocorra no Brasil apenas para os escolares de 6 a 14 anos. Dessa forma, há uma “dívida” a ser acertada com os demais níveis de ensino.
- 3) No campo de Nutrição, o histórico das ações educativas rememora os movimentos populares, quando os dietistas consideravam a supremacia do saber técnico, enquanto as pessoas resistiam e buscavam o resgate de sua identidade alimentar. A fala com enfoque no nutriente, desconsiderando a relação entre alimento e comida, bem como o prazer da ingestão, provocou o distanciamento do profissional com as comunidades e indivíduos.
- 4) Há de se questionar ainda os modelos de educação em saúde vigentes, que considera a supremacia do saber científico ante o saber popular. Não se pode pensar considerar as ações de EAN num contexto de “fórmulas prontas”, prescritivas e normativas, visto que este modelo é fadado ao fracasso, pois desconsidera a cultura, as especificidades locais e a vivência do outro. Ainda, os indivíduos não podem ser culpabilizados por sua “ignorância” alimentar.
- 5) A qualidade também é tema de discussão na educação, visto que não acompanhou a expansão do sistema educacional. Assim, questiona-se em que medida a expansão reflete na aprendizagem, contribuindo para a construção da cidadania.
- 6) As práticas de EAN visam o desenvolvimento de habilidades pessoais, possibilitando o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos na construção do conhecimento e cidadania, e também o desenvolvimento de formas coletivas e individuais de promover a saúde em todos os seus espaços de atuação.
- 7) O espaço-tempo no qual se desenvolvem as práticas de EAN comporta, além de ações técnicas que tornam possível o oferecimento de refeições saudáveis em termos de nutrientes e condições sanitárias, a possibilidade de os nutricionistas se transformarem em verdadeiros agentes de promoção da saúde.
- 8) Ações de EAN requerem articulação intersetorial, com aproveitamento de diferentes lócus sociais, como escolas, ambientes de trabalho, territórios da cidadania, etc. Além disso, faz-se fundamental o reconhecimento destas experiências realizadas em diferentes cenários, aproveitando-se daquelas bem-sucedidas.
- 9) Numa perspectiva intersetorial, diferentes cenários são colocados para a inserção da Nutrição. O Sistema Único de Saúde constitui-se como espaço privilegiado das práticas, embora haja pouca clareza sobre as formas de inserção neste cenário. O SUS consiste, dessa feita, no grande empregador e excelente campo de práticas de EAN, mas também como o grande desafio que requer das instituições formadoras um conjunto de inovações nem sempre assumidas por aqueles que as conduzem.
- 10) A consideração das práticas culturais populares também pode ser aplicada às ações de EAN. Manifestações artísticas como brincadeiras de roda, cantigas, música, teatro, podem ser reinventadas a

partir de um referencial teórico. Novas dimensões podem ser incorporadas, enfocando temas como sustentabilidade, uso da água, reciclagem de lixo e outros ligados ao meio ambiente.

- 11) As ações educativas também não podem ser vistas como pontuais, uma vez que a educação, entendida como processo educativo, ocorre o tempo todo. Considera-se ainda a importância do registro das informações sobre estas práticas, com o objetivo de permitir o resgate histórico e justificar financiamentos e a continuidade destas ações.
- 12) Discute-se a atualização das práticas de EAN: seriam práticas novas de conteúdos novos ou os conteúdos já foram dados?
- 13) O Guia Alimentar para a População Brasileira apresenta a harmonização de consensos, constituindo em base para os educadores no planejamento de ações educativas e evitando a atomização de referências.
- 14) A qualificação dos profissionais para a abordagem dos problemas alimentares consiste num dos pontos-chave para o avanço e a mudanças das atuais práticas de EAN. Considera-se a necessidade do nutricionista ter uma sólida formação pedagógica e a consciência do seu papel de profissional da saúde para, dessa forma, usar o espaço-tempo de suas atividades integrando as duas dimensões – da educação e da nutrição, identificando o papel da alimentação saudável no SUS e ampliando o olhar de atuação. Para tanto, basta considerar todo e qualquer espaço-tempo como uma forma de se abrir à exposição e à troca de experiências, à crítica e ao ensinamento, à maior proximidade com os trabalhadores locais, fortalecendo a socialização dos saberes específicos, construindo novos e, dessa forma, vivendo a estratégia de educação permanente.
- 15) A formação de profissionais com um novo “olhar” pode ser compreendida na perspectiva da Educação permanente, estratégia que implica a criação de espaços para discutir o processo de trabalho, seus determinantes e a validade de resultados que possibilitem a transformação de práticas para melhores soluções dos problemas de saúde da população.
- 16) A revisão da formação profissional implica rever a organização curricular, discutir os métodos de ensino, promover a atualização pedagógica de professores para orientar a prática, estabelecer novos contratos para a atividade de preceptor, revisar as práticas dos docentes priorizadas em pesquisas, entre outras inovações. Ainda, destaca-se a possibilidade do desenvolvimento de ações de EAN nos diferentes campos do saber universitário (pesquisa, ensino e extensão).
- 17) Para produzir mudanças das práticas de saúde nos espaço-tempo escolares, é necessário implementar ações que aproximem especialistas e os trabalhadores locais, numa relação cuidadosa. Além disso, estas ações precisam apoiar-se em valores de natureza humanitária e de solidariedade, reconhecendo a saúde como direito de todas as pessoas.
- 18) Cada serviço de alimentação, em determinado tempo e lugar, possui particularidades que o conformam singularmente. Portanto, o instrumento de formação de seu pessoal deve ser construído de acordo com as necessidades, as características, os limites e as possibilidades de cada ambiente de trabalho, levando em conta os objetivos da equipe envolvida no processo de formação, sendo ouvida a clientela atendida pelo serviço.
- 19) A promoção da alimentação saudável no ambiente escolar tem como desafios a inserção da temática no currículo e o resgate da história alimentar dos sujeitos, enfocando a diversidade alimentar. O tema “alimentação e nutrição” foi escolhido para desenvolvimento de propostas pela maioria das escolas participantes do Programa “Mais Educação” do MEC.

- 20) As ações de EAN no ambiente escolar precisam envolver toda a comunidade escolar. Toda a comunidade precisa capacitar-se por meio de estratégias diversas e complementares, para empreender as mudanças individuais, coletivas e ambientais que se fizerem necessárias à promoção da saúde.
- 21) Algumas condições são necessárias para que o desenvolvimento de ações educativas possa produzir conhecimento nas escolas públicas: a revisão da finalidade do programa de alimentação escolar, no sentido de valorizar sua dimensão pedagógica; o respeito à merendeira, na peculiaridade da sua função; o acato às suas idéias em um ambiente de trabalho aberto à discussão de problemas; o estímulo à prática regular e sistemática de indagação e de intercâmbio entre as pessoas; a colaboração mútua e contínua entre a equipe de nutrição e demais funcionários da escola, o que requer a inserção da merendeira no coletivo dos profissionais da educação e, finalmente, o reconhecimento da existência de um conjunto de espaços educativos que se apresentam no cotidiano da merendeira.

Diante das proposições acima, algumas recomendações foram apontadas ao setor saúde, enquanto outras constituíram pautas intersetoriais que carecem de discussão mais aprofundada e melhor articulação visando sua concretização.

Recomendações para o setor saúde:

- Elaboração de Caderno de Atenção Básica em EAN, com visão crítica e considerando os pressupostos discutidos no Fórum e ênfase na abordagem histórica da comida;
- Capacitação de agentes comunitários de saúde em alimentação e nutrição.
- Sistematização das experiências em EAN a partir de critérios de autonomia do sujeito, cidadania e promoção da saúde.

Recomendações intersetoriais:

- Formação de um grupo de trabalho de EAN para discussão de práticas educativas em Alimentação e Nutrição com agentes sociais interessados;
- Definição de consensos em EAN com sugestões de aplicabilidade;
- Discussão com conselhos de classe, conselhos da sociedade civil para ações além do SUS;
- Levantamento da produção acadêmica e publicações referentes ao tema;
- Levantamento da abordagem da Nutrição nos meios de comunicação em massa;
- Fomento a pesquisas, métodos e tecnologias de EAN;
- Definição de linha editorial para EAN intersetorial;
- Busca e estabelecimento de parcerias nos meios de comunicação (Bia Abramo, TV Escola – SEED/MEC, Canal Saúde – Inês Bonfim, Pé de que? – Regina Case)
- Estabelecimento de parceria com os Núcleos de Educação Integral do MEC.

Anexo 1:

I Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para Promoção da Saúde

- Recomendações -

Em 17 de outubro de 2006, com início às 08h30min, foi realizado o I Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para a Promoção da Saúde, em comemoração à Semana Mundial da Alimentação, no Ministério da Saúde.

O fórum foi coordenado pela Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. Estavam presentes outros representantes do governo, sociedade civil e convidados.

O objetivo do Fórum foi debater a Educação Alimentar e Nutricional como estratégia de promoção da alimentação saudável e saúde.

Posteriormente às apresentações foi promovida uma discussão quanto ao tema, onde foram sugeridas as seguintes recomendações:

- ❑ Fortalecimento da Política de Promoção da Saúde a qual define as ações intersetoriais com base nas seguintes diretrizes:
 - Promover ações relativas à Alimentação Saudável visando à promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional, contribuindo com as ações e metas de redução da pobreza, a inclusão social e o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada;
 - Promover articulação intra e intersetorial visando à implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde por meio do reforço à implementação das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Estratégia Global;
 - Disseminar a cultura da alimentação saudável em consonância com os atributos e princípios do Guia Alimentar da População Brasileira;
 - Desenvolver ações para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar;
 - Implementar as ações de vigilância alimentar e nutricional para a prevenção e controle dos agravos e doenças decorrentes da má alimentação;
 - Reorientação dos serviços de saúde com ênfase na Atenção Básica

- ❑ Aprofundar a discussão da PNAN, nos aspectos já previstos como intersetorialidade que propicie o acesso universal aos alimentos, à luz da Lei Orgânica de Segurança Alimentar.
- ❑ Pautar no âmbito das políticas setoriais, como por exemplo: PNAN, Política de Abastecimento, Vigilância Sanitária, Desenvolvimento Agrário e etc, as diretrizes aprovadas para a Promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- ❑ Regulamentar a publicidade de produtos alimentícios voltados para o público infantil e propor plano de comunicação em educação alimentar e nutricional.

- ❑ Fomentar pesquisas sobre alimentação e nutrição nos diversos campos de conhecimento: antropologia, história, meio ambiente, psicologia, etc.
- ❑ Promover projetos político-pedagógicos que enfoquem a educação alimentar e nutricional na formação de pedagogos e nutricionistas.
- ❑ Propor acordo social com as indústrias na elaboração de alimentos mais saudáveis e adequados.

Outros:

- ❑ Buscar a transversalidade em ações de ministérios;
- ❑ Respeitar o direito de escolha e de experimentação de novos alimentos;
- ❑ Compreender o simbólico do alimento relacionado à renda;
- ❑ Promover políticas públicas de proteção ao ser humano;
- ❑ Articular as ações de educação alimentar e nutricional com as de abastecimento e agricultura familiar;
- ❑ Identificar a intersetorialidade das ações locais em educação alimentar e nutricional;
- ❑ Reconhecer que a mídia já conhece o seu consumidor e que é necessário uma educação que a critique, razão porque a escola passar a ser um espaço privilegiado posto que os seres humanos estão em estágio de formação
- ❑ Preocupar-se não somente com a linguagem, mas principalmente em ouvir os sujeitos. A linguagem é própria de cada realidade.
- ❑ A educação alimentar e nutricional deve promover: a autonomia; interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; o respeito às culturas alimentares; a revitalização e valorização da história alimentar regional; valorização e reconhecimento dos saberes populares e biodiversidade local.
- ❑ É necessário que o educador compreenda o comportamento das ações relacionadas à alimentação e nutrição.
- ❑ Que as instituições considerem o espaço escolar como local privilegiado e que a educação alimentar e nutricional esteja presente no ensino formal.
- ❑ A prática de educação alimentar e nutricional não é e não deve ser de exclusividade do nutricionista.
- ❑ É necessário que as ações de educação alimentar e nutricional possuam estratégias para pautar as mídias.
- ❑ É importante considerar na implementação das ações de educação alimentar e nutricional o abastecimento alimentar, o tipo de alimento e o modelo de produção.
- ❑ A formação do profissional, educador em alimentação e nutrição, deve abranger os saberes instrumental e técnico (DHAA, segurança alimentar e nutricional, bioética, antropologia, nutrição, antropologia, história, etc.).
- ❑ Recomendar o uso da expressão “educação alimentar e nutricional” ao invés de educação alimentar ou educação nutricional.
- ❑ Desvincular o foco do nutriente para o alimento.
- ❑ Ampliar linhas de fomento em educação alimentar e nutricional para governo e sociedade civil
- ❑ Preocupar-se com outros segmentos como os trabalhadores, comercial, indígenas e quilombolas.

- ❑ Criar espaços para a fala da população, permitindo o empoderamento.
- ❑ Criar fóruns de discussão nos estados para discutir o formato da educação alimentar e nutricional e propor mecanismos de implantação e de troca de experiências
- ❑ Criar observatório de experiências em educação alimentar e nutricional na sociedade civil
- ❑ Inserção da educação alimentar e nutricional nas diretrizes curriculares nacionais
- ❑ Proteger o patrimônio genético alimentar das comunidades tradicionais
- ❑ Exemplificar estratégias para difundi-las (em âmbito ministerial) e dar subsídios para o município desenvolver suas ações
- ❑ Treinar multiplicadores de conhecimentos sobre alimentação e nutrição: política de educação permanente.

Anexo 2:

II Fórum de Educação Alimentar e Nutricional para a Promoção da Saúde e Direito Humano à Alimentação Adequada: contribuições para o debate¹.

Ligia Amparo da Silva Santos²

Das apresentações e discussões geradas neste evento, foi possível levantar cinco questões centrais para fomentar o debate. A primeira seria: qual é o lugar da educação alimentar e nutricional no contexto da promoção da saúde? É notório os avanços significativos no que tange ao reconhecimento da importância da educação alimentar e nutricional neste campo, entretanto, conforme foi aludido, não se vê grandes avanços nas práticas cotidianas desenvolvidas pelos profissionais. Lembrando a frase de Paulo Freire do livro *Pedagogia da Autonomia* que já foi citada aqui: “De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças” (p.10), este é um desafio que nos impõe a pensar. Em suma, as mudanças nos contextos das políticas de saúde não têm sido acompanhadas, ao menos na mesma intensidade, pelas mudanças nas práticas cotidianas dos profissionais no campo da EAN.

Vale neste momento fazer uma referência ao comentário feito sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira e a sua possível característica ainda normativa e prescritiva. Chamaria a atenção que é preciso ter cautela com a essa “rejeição” plena em relação a tudo que é normativo, característico do comportamento do mundo contemporâneo com sua intensa “atomização” dos valores morais e éticos. Toda a sociedade para se conceber enquanto tal demanda referências e normas para garantir o mínimo de coesão social. Talvez o problema principal não seja o Guia que, diga-se de passagem, aponta avanços consideráveis sobre a forma de pensar a alimentação e nutrição, e a promoção da alimentação saudável. Possivelmente o problema se situa mais na *forma* que trabalhamos este Guia no cotidiano transformando-o em uma espécie de “bíblia” da alimentação saudável. Penso que aqui se situa um dos principais problemas da educação alimentar e nutricional que é a carência de um arcabouço teórico metodológico que forneça sustentação às suas práticas, ou seja, “o como fazer”.

Outra reflexão realizada aqui, e que deriva desta primeira questão, é o que mudou no ensino da educação nutricional nos currículos de graduação cujos temas e conteúdos variam substancialmente no percurso histórico da disciplina. Por exemplo, educação alimentar e nutricional não ser confundida o da alimentação e cultura. Tal fato decorre provavelmente da visibilidade que este último campo tem adquirido nos últimos anos. É evidente que não há como negar as interfaces e interdependências entre os dois campos, todavia, não estamos nos referindo à mesma questão.

¹ Síntese das contribuições para o debate do Fórum supracitado, promovido pela CGPAN/MS, Brasília, 14 de novembro de 2008.

² Professora Adjunta do Depto Ciência da Nutrição, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação dos Profissionais de Saúde, University of Dundee, Escócia. Doutora em Ciências Sociais, PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – NEPAC/UFBA.

Parece que tudo que não cabe no “normativo” da formação do nutricionista – refiro-me aos elementos de base flexneriana: biologicismo, modelo de assistência hospitalocêntrico e com ênfase na recuperação ainda é uma marca importante para esta formação -, é perfeitamente concebível na acolhedora EAN. Suponho que seja por conta deste vazio teórico-conceitual que a faz ser receptiva a toda abordagem “marginal” da nutrição. Assim o fora com a discussão da fome e seus determinantes que, posteriormente, o campo da nutrição em saúde pública acolheu junto a discussão da segurança alimentar e assim sucessivamente.

Uma segunda questão é se a educação alimentar e nutricional vigente está configurada no campo da promoção da saúde ou da prevenção de doenças. Mesmo reconhecendo substanciais - que se concebem mais no plano da formulação teórica do que na prática em si - a educação alimentar e nutricional ainda está distante da perspectiva da promoção, estando ainda próxima da prevenção, ou seja, de “intervenções orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações” (Czeresnia, 2003).

Como verificamos isso no cotidiano? O intuito da EAN é *convencer* os sujeitos a aderirem ao projeto dietoterápico preconizado, tendo como argumento a relação da dieta inadequada e o adoecimento e morte. A promoção não se dirige a uma determinada doença e sim uma estratégia para potencializar a saúde e o bem estar, assim como a qualidade de vida, termos que entraram no cenário da saúde, e ainda complexos para a operacionalização das políticas. É como se o nosso principal argumento fosse fundado no medo da morte e não no prazer em viver.

A promoção da saúde quando está presente nos discursos e nas práticas parece funcionar como uma mera consequência das ações de prevenção que pode ser reduzida na equação: “prevenindo doenças, pode-se alcançar o bem estar e ser feliz”. Os sujeitos já relevaram que esta equação não é tão simples como pensa a racionalidade dos discursos de saúde. Para a promoção, segundo Czeresnia (2003) “Buscar saúde não é uma questão de sobrevivência, mas de qualificação da existência”, seria algo que remete à dimensão social, existencial e ética, bem mais além da dimensão técnica e normativa.

Não obstante, ainda em relação ao bem estar, vale lembrar que muito pouco discutimos a dimensão do prazer e em comer na prática educativa em alimentação e nutrição, o sentido disto para a vida os sujeitos, a não ser a sua abdicção em prol da saúde, um marco importante desde a fundação das ciências da nutrição no século XIX.

A terceira questão que emergiu do debate é a “polarização” entre conteúdo e metodologia: seria tarefa da EAN é traduzir informações sobre alimentação saudável de uma forma mais acessível para os sujeitos – assim definindo os conteúdos mais pertinentes - ou construir diálogos a partir de metodologias inovadoras? Mais uma vez é importante trazer Paulo Freire quando afirma no livro supracitado que “saber ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (p. 47).

A quarta questão seria: quais são os cenários da educação alimentar e nutricional? Neste evento teve uma importante ênfase do ambiente escolar tendo a referência do Programa de Saúde Escolar. Entretanto, é fundamental frisar que nem tudo que é desenvolvido na escola é educação alimentar e nutricional. Em alguns

momentos parece que isso se confunde. O fato de estar em ambiente que tem por finalidade a educação não significa que tudo possa ser englobado em um amplo “guarda chuva” chamado educação alimentar e nutricional.

A EAN pode ser um campo de saber ou um campo de atuação, mas é, sobretudo, um instrumento fundamental para a prática do nutricionista, assim como o diagnóstico nutricional e a prescrição dietética, que perseguem o profissional em qualquer área de atuação, com mais ou com menos ênfase a depender do campo. Ou seja, todo cenário de atuação do nutricionista é cenário de práticas de educação alimentar e nutricional, ainda que seja em potencial, pois a EAN é, a meu ver, inerente à prática profissional.

A quinta e última questão é: quem são os agentes da educação alimentar e nutricional? São apenas os nutricionistas? Um fator importante a ser pensado diante da discussão da promoção da alimentação saudável nas escolas e a inclusão do tema alimentação nos projetos pedagógicos em que os professores podem ser protagonistas importantes para tal empreendimento.

Além destas questões vale ainda fazer mais algumas reflexões sobre o tema. Parto da premissa de que a educação alimentar e nutricional é bastante valorizada no plano “simbólico”, se assim posso dizer, vista como uma ação fundamental para promover mudanças nas práticas alimentares dos sujeitos, que engloba ainda a idéia da educação como um bem incondicional. No momento recente esta valorização cresce no contexto da promoção das práticas alimentares saudáveis, citada em inúmeros documentos, porém, paradoxalmente, as discussões sobre os conceitos fundamentais que permeiam esta prática, as suas metodologias, uma análise de como a prática de conforma no cotidiano dos profissionais são questões pouco referidas e fundamentadas nestes discursos.

Analisando os documentos que preconizam políticas do campo da alimentação e nutrição em um artigo que publiquei em 2005, observei que a EAN está em todo lugar e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum. Muito referida e pouco pensada. Os documentos trazem poucos indicativos que ajudem os profissionais de saúde sobre o fazer educação nutricional. Claro que não me refiro a manuais e receituários, mas um substrato teórico e metodológico que possam oferecer aos sujeitos bases que substanciem a prática. Não encontramos também estes indicativos na formação, não parece haver um corpo de conhecimento que possamos compartilhar nas diferentes disciplinas de educação alimentar e nutricional existentes nos cursos de formação superior no Brasil.

Em suma, a EAN é essencialmente empírica, ou seja, apoiada na sensibilidade do profissional, como se o conhecimento fluísse espontaneamente das constantes experiências, com um baixo exercício teórico sobre as ações educativas em si. É o que Cipriano Luckesi talvez chamaria de “senso comum pedagógico”.

Uma outra observação é a importância de aprofundar o que seja o diálogo para a educação alimentar e nutricional. Considero que o diálogo, e com ele a palavra, é o instrumento central que caracteriza esta prática. Ainda que seja mediada pelas tecnologias da informação ou da comunicação, é o diálogo que fundamenta o ato educativo. O diálogo representa a pedra angular do encontro dos sujeitos, a condição essencial para a existência humana. Tanto para Paulo Freire como para Habermans, se apresenta o *diálogo como uma exigência ontológica universal* e ainda como uma via para a promoção da emancipação humana e transformação social. O diálogo não pode existir sem o

reconhecimento das diferenças, o jogo de identidades, alteridades, os exercícios de tolerância tão caros para o mundo moderno em que o diálogo parece se ausentar em sua expressão mais plena.

É através do diálogo que poderemos contribuir para a emancipação dos sujeitos que não se dará através de um monólogo nutricional impondo o cumprimento de normas alimentares. Isso se dará através da ampliação da consciência alimentar dos sujeitos que, “empoderados”, poderão relacionar o seu mundo alimentar pessoal e singular com o mundo social em que está inserido de uma forma entrelaçada. Neste entrelaçamento de projetos é que o aprendizado alimentar pode tomar lugar. Seria uma forma contrária a prática da “educação nutricional bancária”, se Paulo Freire me permite o uso, que omite a capacidade reflexiva dos sujeitos ou do “eu competente” e autônomo para tomar as suas decisões e fazer escolhas.

Mais uma vez trago Czeresnia (2003) quando diz que “a escolha não é uma atitude da esfera do conhecimento científico é da esfera do *valor*”. Aqui a prática da EAN entra em um campo árduo para a formação que é dimensão ética na atenção alimentar e nutricional que não pode ser reduzida a fórmulas prontas que possam nortear a atuação.

Em suma, é fundamental que na formação dos profissionais de saúde, no caso particular dos nutricionistas, se promova a construção de competências argumentativas que venham potencializar ações voltadas ao diálogo e ao entendimento. Vale salientar que esta formação se dará não apenas como os conhecimentos científicos. As demais formas de conhecimentos como os filosóficos, artísticos, literários, dentre outras possibilidades, podem criar nos sujeitos uma pluralidade de formas de entendimento do mundo, do entendimento desta complexa relação do homem com a sua comida.

Referências Bibliográficas

Czeresnia, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: Czeresnia, D; Freitas, C.M. *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

Santos, LAS. A educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Ver. *Nut.*, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, set/out., 2005.

Anexo 3:

Contribuições ao II Fórum de Educação Alimentar e Nutricional

Luciana Azevedo Maldonado

Educação alimentar? Ou educação nutricional? Ou promoção da alimentação saudável?

O avanço no campo científico da Nutrição, caracterizado pela ênfase no aspecto biológico da alimentação, favoreceu uma abordagem restritiva das práticas educativas nesta área. O enfoque da ração alimentar diária necessária para que o indivíduo desempenhe de forma satisfatória sua função no setor produtivo, deu lugar a relação entre os nutrientes e as diferentes patologias, ou seja o alimento como remédio. Atualmente, reconhecemos que as pessoas comem alimentos e não nutrientes, sendo necessário o entendimento da alimentação como prática social e dos componentes sociais, culturais e psicológicos das escolhas alimentares. Para isso, o arcabouço teórico das ciências biológicas demonstra-se insuficiente, indicando a premência da incorporação das ciências humanas como a pedagogia, a sociologia, a psicologia, a antropologia, além de aportes também da psicanálise, economia e ecologia.

Uma outra concepção mais tradicional das praticas educativas em saúde é marcada pelo direcionamento das ações para as opções individuais em relação à prevenção de doenças e dos cuidados em saúde, ou seja, o indivíduo que não goza de boa saúde ou apresenta uma alimentação adequada tende a ser culpabilizado, em uma visão reducionista do conceito saúde-doença. O desafio está em compreender este conceito de forma mais ampla, bem como o de alimentação saudável, e desenvolver ações voltadas também ao ambiente em que os indivíduos fazem suas escolhas, a exemplo das ações de promoção do aleitamento materno e do combate ao tabagismo. Neste sentido, a promoção da alimentação saudável, combinaria ações de estímulo (ações para divulgação de informações relativas à alimentação e saúde), apoio (ações visando a oferta de opções saudáveis de alimentação) e proteção (ações visando evitar a exposição a fatores de risco relativos a alimentação). Como exemplo, poderíamos citar a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar que combina ações de divulgação de informações a alunos, professores, responsáveis com a oferta de alimentação saudável, seja por meio de um programa de alimentação escolar ou da regulamentação de cantinas.

A educação nutricional seria uma ferramenta? Uma estratégia? Um instrumento?

Consideramos a educação nutricional como um processo contínuo e interativo, que pode prever ações/mudanças à curto, médio e longo prazo e, ainda, como todo ato pedagógico, uma prática social baseada na troca de saberes e experiências entre profissionais de saúde, família, amigos, mídia... Sob esta perspectiva, o conhecimento científico é importante, mas as experiências que as pessoas constroem com a alimentação, ao longo da vida, é igualmente importante ou poderíamos ousar dizer até mais importante, uma vez que esta relação é que vai mediar as possíveis mudanças. Neste sentido, faz-se necessário colocar o conhecimento a serviço das demandas trazidas pelos indivíduos, ao contrário do que tradicionalmente é feito, quando o conhecimento é soberano e indiscutível e as pessoas é que devem moldar-se às recomendações científicas. Há todo um processo de tradução e adaptação das recomendações ideais à vida que precisa ser considerado em nossas práticas educativas.

Muito já se avançou em identificar estas concepções teóricas, porém incorporá-las à prática ainda se constitui um grande desafio em termos de objetivos, conteúdos, métodos e avaliação.

Em relação aos objetivos, pode-se questionar: pretende-se a difusão de informações ou mudanças comportamentais?

Sem negar a importância das ações de disseminação de informações relacionadas à alimentação, deve-se reconhecer que tais ações educativas não possuem o poder redentor a elas creditado e mais do que isso apresentam

limites claros. Ao pensar em mudanças comportamentais, seria necessário combinar estas ações com programas e políticas públicas, em diferentes instâncias de educação nutricional (local, regional, nacional) que venham a convergir a um objetivo comum, sendo fundamental identificar prioridades e ações estratégicas, dado que a alimentação saudável é um tema amplo que requer abordagens que se complementem. Outro aspecto crucial é que a informação é responsável em parte pela mudança, tornando-se necessário refletir sobre outros aspectos que levem a mudanças comportamentais como senso crítico, autonomia, desejo, auto-conhecimento, capacidade de negociação, habilidades específicas, entre outros aspectos. Deste modo, são fundamentais as contribuições do campo da comunicação social, para ações coletivas, bem como da psicanálise para ações individualizadas.

Quanto aos conteúdos a serem abordados, a tradicional tríade nutriente-doença-recomendações ideais vem enfrentando resistências de diferentes ordens, impondo ao profissional a pecha de prescritivo e, por vezes, afastando as pessoas do acompanhamento nutricional. Faz-se necessário: avançar no sentido de explorar os diferentes significados do alimento, resgatando o valor dos conhecimentos de técnica dietética e de tecnologia dos alimentos que podem ser o grande diferencial, na medida em que permitem propor novas preparações e formas de produção de alimentos que protejam a saúde e acompanhem o ritmo de vida contemporâneo; romper com a abordagem preventivista tão frequente nos serviços de saúde, em que a doença é mais valorizada que a vida e as pessoas são persuadidas à mudança pelos riscos impostos de complicações ou de novas doenças; reconhecer que a saúde não é um estado permanente que se alcança e que a doença e a tristeza fazem parte da vida, deslocando o foco para ações que visam a qualidade de vida, mesmo que para indivíduos doentes; e, por fim perceber que as recomendações ideais precisam ser ajustadas ao cotidiano concreto e individual.

Nestes termos, o Guia Alimentar para a População Brasileira, traz inegável contribuição não somente em termos de atualização destas recomendações, mas, principalmente, por apontar os princípios e atributos da alimentação saudável em uma perspectiva ampla e atual das práticas alimentares, destacando-se a alimentação como direito humano e as práticas culturalmente referenciadas.

Quanto aos métodos ou estratégias e recursos utilizados, urge a identificação e difusão, por diferentes meios, de experiências bem-sucedidas, que venham a inspirar novas ações. Alguns critérios para esta identificação estão claros, como: a adoção de métodos que valorizem o diálogo, a troca de experiências, a participação ativa dos sujeitos e o estímulo à autonomia no processo de mudança; o reconhecimento das subjetividades; a percepção da complexidade do comportamento alimentar que demanda ao profissional criatividade e flexibilidade/capacidade de negociação; situar o conhecimento a serviço das demandas individuais, rompendo com o dilema entre ser prescritivo e ser educador; a produção de recursos educativos contextualizados em ações com definição de público, objetivos, estratégias de utilização e avaliação.

Vale ressaltar o sucesso que algumas experiências vêm alcançando ao adotar a culinária como método para a promoção da alimentação saudável. Por meio da culinária é possível aproximar o conhecimento técnico das experiências pessoais, viabilizando a reflexão e a construção de novas práticas alimentares.

Quanto à avaliação das práticas educativas, percebemos uma extrema valorização dos aspectos objetivos, uma centralização na figura do profissional e a necessidade em se avaliar a fixação ou a memorização dos conteúdos abordados, reproduzindo os mecanismos mais comuns dos espaços de ensino formal. Um grande desafio está em delinear indicadores de sucesso que espelhem a motivação e a sensibilização para a reflexão e a mudança.

O papel das universidades na formação de novos profissionais sintonizados com estes desafios e perspectivas é inegável, sendo premente um fórum de professores de educação nutricional e disciplinas afins como ética e exercício profissional, nutrição e marketing... Porém, a formação também encontra limites na história de vida das pessoas uma vez que as ações educativas são fruto da visão de mundo que se constrói ao longo da vida. Há espaço para diferentes concepções de ação educativa, desde que esta opção seja consciente e não a mera reprodução de um modelo educativo. É igualmente importante traçar estratégias de educação permanente para os profissionais que já estão atuando.